

2 Aos 27 dias do mês de junho de 2007, tendo por local o auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto
3 Alegre, na Avenida João Pessoa, 325, as 18:30 hs, realizou-se mais uma plenária do Conselho Municipal de
4 Saúde, que teve a seguinte proposta de pauta: 1) Abertura, 2) Apreciação e aprovação da Ata 13/07, 3) Faltas
5 Justificadas, 4) Leitura dos Pareceres 30/07, 31/07 e 32/07, 5) Informes e 6) PAUTA: a) Apreciação e
6 Apreciação do Regimento Interno da Comissão de Saúde do Trabalhador, b) Relatório de Gestão-
7 Comentários da SETEC e c) Informes dos Indicadores e Continuidade do Seminário de Avaliação destes
8 indicadores em 12 de julho. Estavam presentes os seguintes Conselheiros titulares: 1) **Oscar Paniz**, 2) **Nei**
9 **Carvalho**, 3) **José Antônio dos Santos**, 4) **Rejane Haidrich**, 5) **Riograndino de Oliveira**, 6) **João Felizberto**
10 **Vargas Mello**, 7) **Clodomar Freitas**, 8) **Maria Leticia de Oliveira Garcia**, 9) **Ione Terezinha Nichele**,
11 10) **Felix Giambastiani da Costa**, 11) **Deoclides Ferreira de Almeida**, 12) **Zilda de Moraes Martins**,
12 13) **Maria Ivone Dill**, 14) **Maria Encarnacion Morales Ortega**, 15) **Olir Citolin**, 16) **Elen Maria Borba**,
13 17) **Paulo Antônio Stoelben**, 18) **Humberto José Scorza**, 19) **Carlos Alexandre Vargas de Andrade**,
14 20) **Renê Miguel Alves**, 21) **José Carlos Silva Vieira**, 22) **Luciana Zanetti**, 23) **Maria Angélica Melo**
15 **Machado**, 24) **Maria Geneci da Silveira**, 25) **Tânia Ledi da Luz Ruchinsque**, 26) **Grazzieli Gioveli**,
16 27) **Lísia Hausen Gabe**, 28) **Fabiane Pacheco de Oliveira**, 29) **Nauro Aguiar**, 30) **Gislaine Margarida**
17 **Rodrigues**, 31) **Almerinda Rejane Cunha dos Santos**, 32) **Maria Rejane Seibel**, 33) **Alair Rosinete Silva**
18 **Simão**, 34) **Lizete Carneiro de Oliveira**, 35) **Ana Maria de Araújo Cirne**, 36) **Márcia Nunes**, 37) **Jaci dos**
19 **Santos**. Os Conselheiros Suplentes presentes eram: 1) **Paulo Goulart dos Santos**, 2) **Fabiana Souza Olaves**.
20 Justificaram sua não presença, Heloisa Helena Rousselet de Alencar e Débora Melecchi. Iniciando a plenária
21 a Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS encaminha a apreciação e votação da Ata 13/07,
22 solicitando aos conselheiros se há alguma alteração ou correção a ser feita. Nada havendo encaminha a
23 votação e a Ata 13/07 é aprovada por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e 3 abstenções. O Conselheiro
24 OSCAR PANIZ, secretariando a mesa diz ao plenário que a Ata 14/07 entregue hoje está com um problema
25 em sua parte inicial, onde a gravação foi prejudicada e muitas falas não saíram. Os conselheiros que
26 constatarem que se manifestaram e não está registrado, favor fazer um resumo do que disseram para ser
27 acrescido na Ata 14/07. Aproveita o Conselheiro OSCAR esclarecendo aos conselheiros que foi entregue
28 uma parte do Relatório de Gestão do Primeiro Trimestre. O Relatório Financeiro não conseguimos as cópias
29 para hoje, mas amanhã pela manhã estaremos providenciando a entrega aos Senhores Conselheiros, para
30 poder ser apreciado no dia 5 de julho próximo. Lembra que amanhã teremos a última reunião da SETEC,
31 que está analisando o Relatório de Gestão. Convidamos a quem puder comparecer pois tem sido encontros
32 muito importantes, onde temos nos aprofundado bastante, principalmente nas questões financeiras. É às 14
33 horas. E sobre a Quinta Conferência Municipal de Saúde, o material de divulgação começa a sair amanhã.
34 Não há culpados por este atraso. Porto Alegre, como faz Pré-Conferências fica premida por datas, pois
35 dependemos de um calendário Nacional, que somente foi definido em Abril. De qualquer maneira nossa
36 Conferência será um sucesso. Seguindo, a Coordenadora ZILDA MARTINS lê correspondência do Senhor
37 Secretário da Saúde, Dr. PEDRO GUS informando que a representante do Gestor nesta Plenária será a Dra.
38 ANA MARIA DE ARAÚJO CIRNE. Encaminha a Coordenadora a leitura dos Pareceres pela Conselheira
39 ELEN BORBA. **PARECER 30/07-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA.**
40 **Complemento de Verba para Projeto Convênio FUNASA - Estação de Transbordo da Lomba do**
41 **Pinheiro. R\$507.664,55.** É solicitado se a Plenária deseja algum esclarecimento. Nada havendo, o mesmo é
42 colocado em votação, sendo aprovado por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção.
43 **PARECER 31/07 – HOSPITAL ESPÍRITA DE PORTO ALEGRE. Prestação de contas do Plano de**
44 **Aplicação da Décima Etapa. Valor de R\$26.056,26. Verba do Governo do Estado do RS. PARECER**
45 **32/07 – Plano de Aplicação da Décima Segunda Etapa. Valor de R\$17.294,98. Verba do Governo do**
46 **Estado do RS.** A plenária é solicitada a manifestar-se se há algum esclarecimentos a ser feito. Nada
47 havendo é encaminhada à votação, sendo aprovados os Pareceres 31 e 32/07 por 22 votos favoráveis,
48 nenhum contrário e nenhuma abstenção. Seguindo a Coordenadora levanta a questão de quais
49 encaminhamentos jurídicos o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre irá fazer sobre o fechamento do
50 PACS. Alerta a Coordenadora que estamos entregando uma cópia de um documento referente a
51 **SUSPENSÃO DE SEGURANÇA (documento em anexo)**. Em função disso, um dos encaminhamentos que
52 teremos de fazer é cobrar da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, bem como da Secretaria da Saúde sobre o
53 fechamento do PACS. Estamos estudando. Está bem encaminhado. Não depende da abertura do serviço.
54 Pretendemos que se instaure um processo administrativo por falta de cumprimento de decisão judicial, no

55nosso entender. Estamos estudando uma representação no Ministério o Público Estadual por improbidade
56administrativa, por descumprimento de medida judicial, que mesmo reconhecendo o impedimento ético dos
57profissionais médicos, determinava que a Emergência deveria ficar aberta, o que não aconteceu. Votamos
58uma Resolução neste Conselho e estamos dando prazo para ao Gestor nos apresentar o diagnóstico dos
59Recursos Humanos de todo o Centro de Saúde da Vila Cruzeiro do Sul. O prazo proposto, a partir de hoje, é
60de 30 dias, para que o Gestor nos dê este retorno. Ressalta a Coordenadora que temos a representação do
61SIMERS, através do Conselheiro NAURO AGUIAR, que acompanhou de perto a questão da interdição.
62Ressalta a ZILDA que gostou muito de uma matéria que saiu ontem, que o SIMERS colocou na mídia.
63Entendemos que o NAURO, como conselheiro, seja nosso parceiro em algumas questões. A Conselheira
64MARIA REJANE SEIBEL diz à Coordenadora que não está entendendo sobre o que ela está se
65manifestando. Repete então a ZILDA que é sobre matéria vinculada ontem na mídia, pelo SIMERS.
66Prosseguindo, nos informes, a Coordenadora ZILDA MARTINS registra Ofício 05/2007-CSP da
67Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faculdade de Medicina-Departamento de Medicina Social que
68está oferecendo uma Bolsa Integral para o Curso de Especialização em Saúde Pública, Edição 2007/2008.
69As condições estão descritas em referido ofício (**cópia em anexo**). Maiores esclarecimentos podem ser
70obtidos na Secretaria do Conselho. A Coordenadora ZILDA MARTINS, é interrompida pela Conselheira
71MARIA GENECI, que deseja se posicionar, para que não se ponha panos quentes na questão da
72participação do SIMERS na questão do PACS, que se colocou contra a população. E isso não pode ser aceito.
73O que não gostamos, e o plenário se posicionou contra, foi sobre a tua colocação, querendo por panos
74quentes. Está errado, as pessoas deixarem de ser atendidas, porque uma classe não quis atender, sem
75consultar as demais. Quando tem de falar, tem de falar. Se tiver de falar mal, tem de falar mal. O que está
76errado, e até eu que sou da área da saúde, temos a mania de endeusar os senhores médicos. Depois eles fazem
77este tipo de coisa e ficam botando panos quentes. A atitude deles não foi legal com a população e com outros
78profissionais de outras áreas, que lá estão. Manifesta-se o Conselheiro NAURO AGUIAR, do SIMERS,
79esclarecendo que os profissionais médicos não estão contra a população. Não aceito esta colocação. Nós
80queremos que o PACS tenha melhores condições de trabalho e isto seja para quem trabalha lá e para a
81comunidade. Os problemas do PACS, este Conselho já escutou a exaustão. E na maioria das vezes não
82foram dos médicos, mas de todos os outros profissionais. Sejam problemas de área física, de material, de
83recursos humanos. Ou seja, o problema é bem conhecido. Não aceitamos de que estamos contra a
84comunidade. É um movimento de interdição extremamente difícil. Se isto resultar, daqui para frente, em
85uma melhora, de todas as condições para quem trabalha e para o atendimento daquela população, vai ter
86valido a pena. A nossa posição é bem clara. Nós nos reunimos, discutimos com os médicos e optamos pela
87interdição. Levamos ao Conselho Regional de Medicina, que é quem podia fazer isto. Encaminha a palavra,
88a Coordenadora, ao Conselheiro HUMBERTO SCORZA, que fraternalmente diz à ZILDA que no momento
89em que tu tece elogios ao que o SIMERS colocou e que nós não conhecemos o conteúdo, tu pode até ter
90gostado, pessoalmente, mas acho que a Plenária deveria conhecer este conteúdo. E quero dizer ao NAURO,
91que é da mesma categoria profissional que eu, que infelizmente o SIMERS estava ausente na grande
92discussão que nós fizemos sobre saúde mental, sobre o próprio PACS. Este problema do PACS vem de anos.
93A gente sabe disso. E se vem batalhando. O fórum de construção destas coisas é aqui dentro. E quando eu
94vejo algumas publicações, como eu recebi aqui, que diz que é a nossa categoria que tem de determinar as
95coisas, eu fico até chateado, porque eu aprendi, na vida, a trabalhar com intersetorialidade. Dizer que A, B,
96ou C tem mais prerrogativas, acho que está errado. Diz-lhe o Dr. NAURO que não é a sua a opinião também,
97até porque o profissional que escreveu o artigo pertence ao CREMERS. E voltando a falar, reafirma o
98HUMBERTO, que certamente queremos o SIMERS aqui dentro, sempre. Discutindo em todos os
99momentos. Então ZILDA acho que o que aconteceu agora foi uma má verbalização, que tu fizeste, pois a
100gente quer as coisas bem claras, aqui dentro, para poder discutir com proveito. Não queremos que as coisas
101sejam maquiadas, para dar mídia. Para a imprensa fotografar. Prosseguindo, relata a coordenadora ZILDA
102MARTINS que na reunião do Núcleo de Coordenação de ontem foi apresentada a Farmácia Popular onde
103compareceu a Senhora SARA MARIA GALLINA, responsável pela Farmácia da UFRGS e a Senhora
104FERNANDA JUNGS, pelo Ministério da Saúde. É proposto pelo Conselheiro OSCAR PANIZ e também
105pela Enfermeira NEUZA HEIZELMANN que se faça uma apresentação, neste Conselho, referente a este
106tema da Farmácia Popular, pois segundo a NEUZA, este assunto foi tratado na Pré Conferência do Sul-
107Centro-Sul e se percebeu da enorme confusão que está se fazendo pois são várias situações que se
108apresentam como opção para os usuários e não somente a da compra dos medicamentos, a baixo custo.
109Seguindo encaminha a Coordenadora ZILDA MARTINS a apresentação de representantes da Escola

110Murialdo, e que através da Senhora..RAQUEL, diz que todos devem saber da existência das 7 Unidades de
111Saúde, vinculadas a Escola Murialdo e que prestam Atenção Primária, em Saúde. Todas localizadas na
112região do Partenon. Estas Unidades deverão ser municipalizadas. Entretanto estas 7 Unidades tem um
113diferencial, pois estão vinculadas ao Centro de Saúde Escola Murialdo, o qual é responsável pela formação
114de profissionais, capacitados para trabalharem dentro do SUS, que são os Residentes, formados em várias
115áreas(sete). Com sua formação multidisciplinar, se espera que eles possam ir para a Rede, para ajudar a
116construir um SUS melhor. Diante desta municipalização, começaram a surgir várias dúvidas em relação a
117Residência. Se por um lado a Municipalização vai ser muito boa para a população, por outro os residentes
118irão ficar na incerteza de que se a Escola deverá continuar ou não. A população também deverá ser
119prejudicada, pois como já existem os serviços e equipes montados em cada região, eles ficariam sem saber
120como se daria este processo. Então estamos reivindicando alguma reunião para ver se haverá alguma
121alteração no Programa de Residência. O estado se comprometeu em manter a Residência do Murialdo,
122garantindo o que está no Plano Pedagógico e continuidade da Residência em Atenção Básica. O Município se
123comprometeu em manter a Residência na área do Partenon. Combinaram, que em algum momento
124convidarão os atores, lá da Escola, para participar do processo. No momento está somente entre os Gestores.
125Esperamos que associação dos Residentes seja chamada, bem como os funcionários e tem de passar pelos
126Conselhos. Até ontem tudo era boato. Não sabíamos se após as férias, em agosto, iríamos retornar para a
127Unidade. Estaria se esperando agosto para ser assinado o Termo de Municipalização. O Conselheiro
128HUMBERTO SCORZA manifesta-se dizendo que este tema vem de longa data. No momento que a
129discussão vem sendo feita pelos Gestores, eu pergunto, porque sei que o Conselho Distrital daquela região
130mostrou muito empenho e batalha. Gostaria de saber quem do Conselho Distrital está participando da
131Comissão ou se a coisa está sendo feita? Responde o Conselheiro OSCAR PANIZ, que estava participando
132da Comissão de Acompanhamento da Municipalização, pelo Conselho Municipal de Saúde, dizendo ao
133HUMBERTO que o pessoal do Partenon estava participando, através do Conselho Distrital e também os
134trabalhadores do Murialdo. O Conselho Estadual sempre foi convidado e nunca participou das reuniões. Só
135não participamos mais pois nunca mais houveram as reuniões. Reafirma a ZILDA MARTINS que a
136Coordenação daquela Comissão é do Conselho Municipal de Saúde e estamos reativando a mesma.
137Encaminha a Coordenadora, os informes. Inicia o STÊNIO RODRIGUES, dizendo que não é novidade para
138todos aqui sobre o debate que está acontecendo no Conselho Universitário da UFRGS em relação a
139implementação das Cotas Raciais e Sociais na UFRGS. Iniciou-se uma plenária a uns 15 dias atrás, que se
140manteve permanente. Amanhã teremos uma votação, que espero definitiva e que incorpore a questão das
141Cotas. Que se cometa um ato de Reparação neste país, com 500 anos de exclusão de grupos étnicos e que a
142gente garanta a constituição de uma saúde melhor neste país, que passa pela igualdade e equidade de todas
143as etnias do povo brasileiro. Então a Comissão de Saúde da População Negra deste Conselho formulou uma
144proposição à submeter à este Conselho para que se tire ou não um apoio à aprovação das Cotas Raciais e
145Sociais, na Universidade Pública do RS. Na Universidade Federal de Santa Maria está fazendo o mesmo
146debate e várias Universidades do País. O que só serviu para sair do armário, o racismo e o preconceito,
147latente, que sempre foi negado ao longo de muitos anos e que agora se expressa efetivamente. Que bom que
148a gente deixa de ser invisível, do ponto de vista do preconceito, do Racismo, no Brasil. E que as pessoas se
149coloquem efetivamente, tal qual se dá nas relações sociais, na nossa sociedade, efetivamente. Que bom que
150há um reconhecimento e um debate na sociedade. A coordenadora ZILDA MARTINS, faz a leitura da
151proposta. Para ser submetida ao Plenário. “A Comissão de Saúde da População Negra, do Conselho
152Municipal de Saúde de Porto Alegre, vem solicitar ao pleno do Conselho, em sua reunião ordinária de 28 de
153junho de 2007, realizada no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, apoio a nota e a
154implementação da Política de Implementação das Cotas Raciais e Sociais, a ser aplicada na Universidade
155Federal do RS, como forma de constituir de fato a equidade racial na sociedade brasileira. “ Feita a leitura a
156Coordenadora propõe a colocação em votação. Antes, há a solicitação de manifestações. Manifesta-se o
157conselheiro NAURO AGUIAR, dizendo que este é um assunto que gera alguma polêmica porque tem duas
158questões embutidas. A questão racial e a questão social. Não sei se vale a pena votar sim ou não em relação
159a isso. Eu particularmente, não discuti com a Direção do Sindicato. Particularmente acho que Cotas Sociais
160me parecem justas. Cotas Raciais, não. Se eu for votar, irei me abster, pois não tenho bem clara esta questão.
161Como princípio, porque que o branco pobre vai ter menos direito que o negro? Então são questões que temos
162que colocar. O Conselheiro OSCAR solicita uma questão de ordem, dizendo que não devemos criar uma
163polêmica, um debate aqui. O que temos que fazer é apoiar ou não a proposta da Comissão de Saúde da
164População Negra em relação ao fato que irá acontecer amanhã, no Conselho da Universidade Federal do RS.

165Manifesta-se a Dra. ANA MARIA CIRNE, dizendo não ser nem contra, nem a favor. Somente gostaria de
166saber o que a UFRGS vai votar amanhã.? Fala a ALAIR, dizendo que quem tem de fala sobre Cotas para
167negros, são negros. Não brancos. Até porque os brancos não são discriminados. Quem é da UFRGS é povo
168branco, filhinho de papai, na sua grande maioria, que passam na faculdade de medicina e ganham o carro
169zero do pai. Tem que ter cota sim para aqueles alunos que estão vindo da escola pública.. Gosto muito de ver
170que os brancos querem falar de negro. Eu sou negra e posso falar o que a gente sente na pele. Quantos
171médicos negros tem num Hospital. No Clínicas tem um. Encaminha a votação então a Coordenadora. A
172Plenária manifesta-se com 19 votos favoráveis ao apoio à nota, 2 contra e 5 abstenções. Segue a
173Coordenadora ZILDA MARTINS, solicitando ao representante do Gestor que traga como uma pauta futura
174o Atendimento na Rede Básica. Estamos adiantando para que ele se prepare e possivelmente no próximo
175mês se traga isto como pauta. Registra também a ZILDA a não presença do Gestor ou seu representante
176nas reuniões de Núcleo. Isto está trazendo um prejuízo pois, por exemplo, há uma solicitação da Comissão
177de Saúde da População Negra sobre uma política para a Anemia Falciforme, que está a mais de mês conosco
178e não conseguimos estar a apresentado uma proposta de pauta. Iremos encaminhar este assunto via ofício.
179Fala a Conselheira IONE NICHELE, que inicia dizendo que a pré conferência da região Humaitá-
180Navegantes-Ilhas foi muito boa. Teve uma produção muito boa. Muito consistente. Infelizmente, para nós,
181não ocorreu a presença do Gestor. Na própria mesa, aqui, tantos assuntos sérios e importantes e não existe
182a presença do Gestor. Então, ficam muitas perguntas no ar. Muita coisa a ser respondida. Sobre a ULBRA. A
183gente têm tido a maior paciência. Estamos no mês de Julho. Quando foi para nós discutir o processo,
184fizemos reuniões em janeiro e fevereiro, com datas marcadas. Tinha que ser para ontem. Tinha data. Então
185foi para o Jurídico e já estão se passando 6 meses e não tem resposta. O Gestor fica trancando a política que
186a gente quer qualificar. Peço por favor que se agilize o documento que tem de vir para cá, para ser votado
187pela Plenária. Manifesta-se a Conselheira REJANE, referindo-se a cópia de matéria de jornal, entregue,
188qual seja, matéria da Zero Hora de segunda feira, 25 de junho, assinada pelo Médico FERNANDO WEBER
189MATOS, Secretário do CREMERS e a nota de hoje, 28 de junho, assinada pelos Conselhos de
190Odontologia, Serviço Social e Psicologia. Enquanto Sindicato dos Enfermeiros não podemos deixar de
191registrar e são duas questões. Uma de repúdio à este artigo. **(material em anexo à ata).** A Conselheira faz a
192leitura. Registra também a publicação da nota dos 3 Conselhos Profissionais, já citados. Isto é um
193problema, pois existe um espaço na mídia para grandes entidades corporativistas, que têm condição de
194pagar. Para nós é muito difícil de pagar cada nota emitida e por isso nossa solidariedade aos profissionais
195da saúde. Manifesta-se o Conselheiro VIEIRA. Diz que a dança de cadeiras da mesa, na representação do
196Gestor é um problema, pois acabam não nos dando retorno. Não queria polemizar com a Dra. ANA pois
197ela foi uma excelente profissional e sentimos muito a saída dela lá na região. Por isso que quando a gente
198vem reclamar aqui, precisamos do retorno logo. Nós estamos com problema na Unidade de Belém Novo
199pois os profissionais querem fechar a Unidade no terceiro turno, da noite, devido a falta de segurança. Já
200solicitamos ao Dr. ELSADE, aqui, ao menos um guarda municipal para o turno da noite. Não temos diálogo
201com a Coordenadora. Não sabemos o que está acontecendo na Unidade, a não ser que os profissionais nos
202reclamem.. Se a nossa Coordenadora da Unidade não der o retorno para nós, a comunidade vai lotar um ou
203mais ônibus e vamos vir aqui falar com o Secretário, pois estamos cansados de reclamar neste Conselho e
204não sermos ouvidos. Temos 10 médicos lá e não sabemos quais os horários deles. Queremos que o Conselho
205nos diga, “Dr. Fulano de tal, tem 30 horas por semana”. Quinta feira se for lá, não temos médico na Unidade.
206Queremos que eles cumpram o horário destinado à eles. Fala o Conselheiro RENE, também do Extremo Sul,
207cobrando sobre o Convênio da Secretaria com o Hospital Moinhos de Vento, pois estamos carentes de
208respostas. Fala ao Conselheiro PAULO GOULART, dizendo que irá chover no molhado novamente pois
209o convênio do Conceição com o município foi aprovado em 2004, e o Gestor não o respeitou, pois está por
210assinar até hoje. E vou insistir no convênio com a ULBRA, pois participei com o PAULO, com a IONE por
211dois meses. Sou novo para dar palpite aqui, mas acho que é falta de respeito. Nos deslocamos desde a Zona
212Norte. Um mês discutindo com a ULBRA, com o Gestor. Foi para p jurídico. Voltou para nós. E até agora
213não foi votado neste Conselho. Como a ULBRA está trabalhando? Foi renovado o Convênio? Quais as
214condições em que a ULBRA está trabalhando? Não sei se foi prorrogado?. Nós não aprovamos. Fala o
215Conselheiro CLODOMAR, que dirigindo-se ao Dr. NAURO, diz que gostou muito do discurso dele,
216defendendo o seu Sindicato, mas o CREMERS, o que fez no PACS, foi a pior porcaria. É uma corporação
217que não tem nome, para min. Não vou nem falar porque estou enojado. Este Senhor assina uma nota dizendo
218que não estão valorizando os médicos. Eles viram as costas para a comunidade. Passam num concurso com
21940 horas e fazem 30. Passam num de 30, fazem 20. Estas pessoas não nos respeitam. Como vamos respeitá-

220las. Acho que em vez de consultar os médicos, temos de consultar os veterinários, que ao menos vão nos
221examinar. Os médicos não olham mais para a gente. Fui em 4 médicos. Nenhum olhou para min. Cada um
222receitou um remédio diferente para a mesma dor. O Conselheiro NAURO AGUIAR deseja se manifestar
223sobre o que ouviu. A Coordenadora ZILDA DE MORAIS MARTINS consulta a Plenária para ver se lhe
224será concedida a palavra. O Conselheiro PAULO diz que deve haver direito de resposta. O Conselheiro
225NAURO, diz então que se não puder se manifestar deverá se retirar. E é o que faz. Manifesta-se o
226Conselheiro OSCAR PANIZ, dizendo que devemos manter minimamente o nível aqui dentro. Penso que o
227Conselheiro poderia ter-se manifestado. Penso também que as pessoas deveriam ter postura aqui dentro.
228Não estamos brincando. Não podemos ter claque aqui dentro. A mesa de Coordenação tem de ser respeitada.
229O Conselho deve ser respeitado. Dando prosseguimento a Conselheira e Coordenadora ZILDA MARTINS
230informa que nos dias 16, 17 e 18 de agosto deverá ocorrer em São Leopoldo, na Unisinos, o Seminário
231Regional : A Educação Permanente para o Controle Social e o Financiamento do SUS À Luz do Pacto de
232Gestão. Brevemente daremos maiores informações de como participar. Encaminha a coordenadora então a
233Pauta Principal onde o Regimento da Comissão de Saúde do Trabalhador passa a ser discutido. O
234Conselheiro OSCAR lembra que a proposta de Regimento foi entregue em Plenária anterior e combinamos
235de que quem tivesse proposta de alteração traria hoje. A Coordenadora ZILDA propõe que se faça a leitura
236agora e que se houver destaques os mesmos sejam analisados no final. O que é acatado. Faz então a
237leitura da Proposta de Regimento Interno da Comissão de Saúde do Trabalhador, a Senhora Coordenadora
238ZILDA MARTINS. **(CÓPIA EM ANEXO À ESTA ATA)**. Iniciando os destaques, a Conselheira ALAIR
239propõe que a alteração indicada no capítulo III, artigo 3, que diz “na medida do possível e do interesse
240desta observar “ seja excluída. Justifica sua proposta alegando que devemos seguir o que diz a Lei, em
241relação a paridade. Ou se tem paridade ou não se tem. Sobre este artigo também manifesta-se o Senhor
242STÊNIO RODRIGUES, dizendo que como participou da Comissão que elaborou a proposta de regimento.
243esta foi um das questões polêmicas. Esta redação. O SUS é uma proposta, mas que parte do princípio das
244especificidades da sua construção. Têm suas diferenças. No ponto de vista da organização. Na
245particularidade da Saúde do Trabalhador, que não reproduz as regras da Tri partite do Ministério do
246Trabalho, que ao longo da história, está aprovado, que não serviu muito para a classe trabalhadora, o SUS
247tem uma outra concepção e se organiza de uma forma diferente. Então vamos pensar no seguinte. Na
248composição desta Comissão, do ponto de vista paritário. Os 50% são de usuários. Quem são os usuários da
249Saúde do Trabalhador do SUS? Trabalhadores. Sindicatos, Associações de Trabalhadores, cooperativas, etc..
250Quem são os trabalhadores? Os trabalhadores são aqueles que trabalham na Rede, no serviço de Saúde do
251Trabalhador. Vamos pensar nos Prestadores de Serviço. Vamos chamar os Empresários para compor a
252Comissão. Quem são os Prestadores de Serviços da Saúde do Trabalhador no SUS? Vamos reproduzir um
253sistema que já está arcaico, da década de 40, que já sabemos que não serve. Então, por isso que se teve esta
254precaução. Historicamente, o que a gente conhece de Controle Social na Saúde do Trabalhador? Se vocês
255forem ver o Conselho Gestor de Santa Maria, de Santa Cruz, constatarão que não tem esta paridade porque
256quem está lá são os usuários e os gestores. Eventualmente está a Universidade, quando tem interesse. Então,
257colocar numa redação, algo que engessa e que depois não vai funcionar na prática, esta é a reflexão. Por que,
258do ponto de vista do trabalhador, a gente lida com a séria questão do Capital e Trabalho. Mas não
259necessariamente, pois nós trabalhamos com geração de trabalho e renda, e trabalhador é todo aquele do
260mercado formal e informal. Portanto não é tão preocupado com as questões de Previdência, do Ministério do
261Trabalho, porque o nosso público, ao qual se atende na Saúde do Trabalhador é a população trabalhadora,
262em geral. Então, da experiência que eu conheço, no RS e no Brasil, não lembro de nenhum Conselho Gestor
263que mantenha esta paridade, tal qual está na Resolução 333, do Conselho Nacional de Saúde, por esta
264especificidade. Por isto que propomos esta redação. Se for possível, tiver Universidade, Prestador de
265Serviço, se compõe assim. E o Conselho Municipal monitora. Agora, se não tiver, não vai deixar de sair
266delegado porque não tem a composição paritária, tal qual preconiza a Instrução do Conselho Nacional de
267Saúde. Não sei se consegui me fazer entender. Gostaria que alguém me apresentasse algum Conselho
268Gestor, no RS ou fora daqui, que tenha esta paridade. Manifesta-se a ADRIANA, que é Coordenadora do
269Centro de Saúde do Trabalhador de Porto Alegre, dizendo ser de seu conhecimento que os outros
270CERESTs são paritários, no país. A Paridade de Trabalhadores, Usuários e Gestores, todos seguem. Que tipo
271de trabalhador, não sei. A coordenadora ZILDA manifesta-se, propondo a paridade. Havendo a
272concordância da Plenária é **excluído** o acréscimo proposto pelo STENIO e mantém-se a paridade. Seguindo,
273o próximo destaque também é da Conselheira ALAIR que referindo-se ao Parágrafo III do Capítulo 3,
274Artigo 3. Propõe a supressão. Para ela há conflito entre personalidades e entidades. Caso contrário teremos

275de alterar outros itens do Regimento, retirando as entidades. Ocorre uma troca de pontos de vista e
276posteriormente a Coordenadora encaminha a votação, pela supressão ou não. Feita a votação, 16 conselheiros
277votam pela supressão, nenhum contrário e 2 abstenções. Seguindo, diz a Coordenadora que há uma
278problema de redação no artigo 10, que é apenas para ser corrigido. Propõe que se vote a aprovação do
279Regimento Interno da Comissão de Saúde do Trabalhador, mas o plenário não acha necessário e considera o
280mesmo aprovado por consenso. Passa a tratar então a Coordenadora sobre o Relatório do Seminário Interno
281de Planejamento e Avaliação, realizado pelo Conselho Municipal de Saúde em 12 de maio passado. Solicita
282se há alguma manifestação dos Conselheiros. A Conselheira MARIA LETICIA se manifesta lembrando que
283desde o ano passado este Conselho tem feito uma série de capacitações, em que alguns de nós, estão
284participando. Este ano está na segunda edição, na questão específica do financiamento. Num determinado
285momento fizemos um Seminário, onde avaliamos que este Conselho produziu muitas coisas positivas,
286significativas. Temos então, aqui, o Relatório, que foi um dos encaminhamentos do Seminário, para que ele
287viesse para cá, para que fosse apreciado e votado pelo Conselho. Como proposta, para estarmos
288trabalhando. Então, este momento, para mim, é muito importante, porque, deste relatório, destas propostas,
289depende o futuro de nosso Conselho. Estamos, atualmente, nos deparando com temas muito importantes.
290Então penso que a gente deve fazer uma deliberação, em função deste Relatório. E que algumas propostas,
291que estão no Relatório, possam estar em outro momento, compondo. Por exemplo, sobre a legislação e
292funcionamento do Conselho, que sabemos, temos de formar grupos internos para discutir isso. A própria Lei
293de formação do Conselho, é muito complexa e precisa de tempo. Precisáramos dar uma data, um prazo, para
294isto acontecer. E por fim, queria destacar, como conquista do Conselho Municipal de Saúde, a presença da
295HELOÍSA ALENCAR, como trabalhadora do Conselho. Devemos ter isso como um marco, de alguém que a
296gente quer, do perfil de profissional que a gente quer ter no Conselho. Ela não ficará para sempre. Mas isso
297demonstra que podemos e temos o direito de escolher. Manifesta-se o Conselheiro NEI CARVALHO,
298dizendo querer lembrar algumas coisas pois parece que as vezes a gente esquece as coisas que aprovamos,
299que dizemos. Parece que tudo que é coisa que a gente faz começa na hora e acaba sendo encaminhado
300como ações feitas “na perna” como se diz. A aprovação do Moinhos de Vento, do GHC e por ai a fora.
301Estou cansado de falar na colcha de retalhos. Do cuidado que se tem de aprovar coisas mal discutidas e mal
302apresentadas pelos gestores. E a gente acaba sempre caindo nas mesmas armadilhas. Estou dizendo isso para
303lembrar que nesta Plenária, a uns dois meses atrás, aprovamos uma Comissão de Infra Estrutura. Não sei se
304os Conselheiros lembram? É bom lembrar, pois senão fica complicado. Discutimos e aprovamos esta
305Comissão, trabalhando a estrutura do Conselho. E esta Comissão aprovou o Seminário. É verdade isso, não
306é? Aprovou o Seminário. Fizemos duas reuniões da Comissão e aprovamos o Seminário. Achei excelente,
307com uma série de demandas. Fizemos três grupos no Seminário e não discutiram eles, entre si, de cada
308demanda que se fez. Se fazia o Seminário. Se retornava à Comissão de infra-estrutura, para discutir todas
309estas questões que a LETICIA apresentou. Bem, e depois disso nós traríamos para a Plenária, para a
310aprovação. Este era o fluxo. Quem é da Comissão, deve lembrar disso. Então, defendo que volte para a
311Comissão, conforme foi definido. Que a gente prepare bem melhor esta apresentação e traga para a Plenária
312aprovar. E quem fez a sistematização das propostas do Seminário foi um outro grupo, não a Comissão de
313Infra estrutura. É só para deixar claro, para as pessoas se lembrarem, pois senão parece que tudo começou
314hoje. Se manifesta a Conselheira ALAIR, dizendo que o NEI tem razão. Fizemos os grupos, veio para cá e
315não discutimos. Concordo que o seminário foi excelente. Fala a Conselheira MARIA LETÍCIA, dizendo
316que não havia entendido que esta Comissão de Infra estrutura iria funcionar para sempre. Tinha entendido
317que ela tinha uma tarefa e que uma das tarefas era a elaboração do Seminário. Entendi errado. Quais são as
318outras Comissões? Eu, particularmente, participei desta Comissão. Fui a 2 reuniões. Uma teve, outra não
319teve. Não sei se continuou acontecendo ou não. Não quero estabelecer uma polêmica. Eu não entendi para
320que ponto a gente vai voltar. É a Comissão de Infra estrutura que vota estas propostas? Para ser feito o que?
321Vamos ter um prazo? Não quero polêmica. Estou perguntando! Retoma a ZILDA propondo que volte para
322a Comissão e que se dê um prazo. Fica estabelecido o prazo de 15 dias para que o assunto volte para a
323Plenária. Estaremos marcando data a partir da semana que vem, depois da Conferência. Fala então a
324Coordenadora ZILDA MARTINS, sobre os Indicadores, dizendo que já ocorreu a primeira parte do
325seminário de esclarecimento sobre o assunto e que foi no dia 21 de junho, conforme a Plenária propôs.
326Houveram muito poucos participantes e penso que foi problema de divulgação. A segunda parte do
327Seminário será no dia 12 de julho, as 18:30 hs, aqui neste auditório. Não pude participar, pois estava em
328outra atividade. Continuando diz a Coordenadora ZILDA da necessidade de voltarmos àquela questão
329jurídica proposta, referente ao PACS, para termos uma clareza maior em relação a nossa posição. Como

330temos por norma fazermos as coisas com segurança. Vamos votar, considerando o material recebido e
331aquilo que já foi falado, relacionado a Interdição. Esta votação é de apoio ao encaminhamento, ou não.
332Manifesta-se a Conselheira ALMERINDA, dizendo que na última reunião que houve saímos meio que
333perdidos pois não ficaram claros os encaminhamentos e que a gente não teve retorno. Precisamos, no
334mínimo, o retorno deste encaminhamento. Pronuncia-se o Conselheiro HUMBERTO SCORZA, dizendo
335saber que já estamos cansados e o pessoal da luta do PACS, mais ainda, pois estão praticamente em
336assembléia permanente. As coisas então não são tão simples. Fizemos uma discussão aqui. O Conselho
337Distrital fez uma discussão e continua a fazê-la. Na pré Conferência apareceu o assunto, novamente. Então,
338ZILDA, há certos encaminhamentos, que são muito sérios e inéditos aqui para o Conselho. Ouvi falar que
339houve uma reunião com pessoas que deram uma assessoria jurídica. Não sei se todo mundo leu um parecer
340jurídico que foi distribuído. Então gostaria que a gente pudesse deixar claro pois tu falaste em improbidade.
341O que é isto, improbidade? Quem o Conselho vai acionar? Não será nominal e sim o Conselho Municipal
342que estará fazendo. Gostaria que alguém colocasse e pode ser o PEDRO mesmo, que é Coordenador do
343Conselho da Glória, o que foi encaminhado nesta reunião. E tu como coordenadora do Conselho terá de
344endossar o que for colocado aqui. Fala então o PEDRO RIBEIRO, iniciando pela proposta de
345encaminhamento da deliberação, que é de “O Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, com o
346Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, encaminhe ao Ministério Público Estadual
347uma representação, para que a Prefeitura, através do Prefeito e da Secretaria da Saúde, através do Secretário
348da Saúde, sejam acionados judicialmente por improbidade administrativa, ou seja, deixar de agir de forma
349adequada na administração da coisa pública, isto em relação ao fato do que aconteceu no Pronto
350Atendimento da Cruzeiro”. Da mesma forma, encaminhar representação ao Ministério Público Federal para
351que as duas instâncias, Prefeito e Secretário, sejam acionados judicialmente por descumprimento de medida
352judicial. E que a Secretaria do Conselho, encaminhe a Secretaria Municipal de Saúde, para que instaure
353inquérito administrativo contra os médicos do Pronto Atendimento da Cruzeiro, por não comparecimento ao
354trabalho e por descumprimento de medida judicial. Então, o histórico disso. O CREMERS entrou com ato de
355interdição da atividade profissional médica no PACS. Na mesma madrugada a Prefeitura entrou com
356recurso e foi cassada a interdição. Posteriormente o CREMERS entrou com novo recurso e o pedido de
357interdição foi acatado em partes. Este “em parte” o que foi? Que a atividade de atenção cotidiana não tivesse
358segmento, mas determinou que as situações de Urgência e Emergência continuassem a ser atendidas. Após
359este despacho, continuou-se atendendo as ações de urgência e emergência. No mesmo despacho dizia que a
360Prefeitura deveria dar ciência à todas as partes. E quem deveria classificar como urgência e emergência eram
361os médicos. Dentro deste espaço haviam discursos, tanto pelo Gestor como pelas instituições que
362representam os médicos de que a sentença era dúbia. Ao ler-se a sentença a Desembargadora discorre
363bastante sobre o que ela declarou, inclusive dizendo entender como justa a reivindicação do CREMERS,
364mas verificar a falta de acesso da população carente aos serviços de saúde. Posteriormente o CREMERS,
365com documento datado de 01 de junho de 2007, dirigido ao Prefeito, solicitava que fosse desativado o
366Prefeito. Na data de 11 de junho, em material retirado da página da Prefeitura, mostra uma foto do Prefeito
367FOGAÇA, com o MARCO ANTÔNIO BECKER a MARIA RITA DE ASSIS BRASIL, o Secretário
368PEDRO GUS, o Secretário CLÓVIS MAGALHÃES, onde diz que por decisão anunciada no início da
369noite, pelo Prefeito JOSÉ FOGAÇA, em reunião com representantes do Sindicato Médico e do Conselho
370Regional de Medicina, o Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul seria fechado. Não há nenhuma Portaria,
371nenhum documento oficial que o declarasse fechado. Diz a Medida Judicial no despacho último a
372Desembargadora, que o não cumprimento por qualquer de uma das partes, tanto gestor como os médicos,
373através do CREMERS, caracterizaria este descumprimento. Nós, de lideranças comunitárias, trabalhadores,
374até o Conselho Municipal de Saúde, tivemos uma entrevista na Quarta Vara da Justiça Federal, com o
375Desembargador, Vice-Presidente. Posteriormente, tivemos um encontro no Ministério Público Federal, com o
376Promotor, que posteriormente se manifestou no processo. Houve um movimento de resistência tanto dos
377trabalhadores, quanto da comunidade. A comunidade ocupou o prédio. Procurou-se manter e se manteve
378todas as atividades, dentro da legalidade de que dispunha cada uma das profissões. Posteriormente tivemos
379uma reunião com outros Conselhos Profissionais, de trabalhadores que prestam serviço lá no PA, onde
380solicitamos que fizessem uma visita como entidades profissionais, já que somente uma havia feito isso e
381declarou através de seu Conselho que não havia condição de trabalho. Os Coordenadores de Conselhos
382Distritais, junto com profissionais da construção civil, fizeram uma visita aos locais de obras. Chegaram a
383conclusão de que poderia haver o atendimento, mesmo com as obras em andamento. Participamos da tribuna
384popular na Câmara de Vereadores. Tivemos três entrevistas com o Prefeito, falando sobre o fato. Surge um

385 documento da Assessoria Jurídica da Secretaria da Saúde, de 18 de junho de 2007, com o visto do
386 Secretário, que ressalta que a Secretaria da Saúde é responsável pelo funcionamento do PACS
387 recomendando o atendimento de emergência, sobre pena, de não o fazendo, sendo responsabilizados pelos
388 atendimentos de urgência e emergência não feitos. Baseados então em toda esta documentação, o conselho
389 chamou algumas pessoas, fez uma avaliação e se chegou a conclusão de que caberia os encaminhamentos que
390 foram falados no início. Também se definiu um prazo para que o Gestor conclua o que a Resolução 001/06
391 determinou, que é o de fazer o levantamento dos Recursos Humanos daquele Centro de Saúde. Então são
392 estes motivos, que o Conselho Municipal está apresentando para dar o encaminhamento proposto.
393 Encaminha então a votação, a Coordenadora ZILDA MARTINS, a proposta de que o Conselho Municipal
394 de Saúde de Porto Alegre encaminhe a abertura de um processo por improbidade administrativa aos gestores
395 municipais da Saúde. Na votação, 26 votos são favoráveis, 2 abstenções e nenhum contrário. A conselheira
396 MARIA REJANE manifesta-se dizendo que, em nome do trabalho multiprofissional na saúde, o Conselho
397 Municipal de Saúde de Porto Alegre deve enviar uma nota de repúdio ao Conselho Regional de Medicina,
398 pelo artigo publicado no jornal Zero Hora, no dia 25 de junho de 2007 pelo Secretário daquela
399 entidade (**documento anexo à esta ata**). Encaminha a proposta à votação à Coordenadora ZILDA
400 MARTINS, sendo aprovado por 23 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Também é
401 registrada a Proposta do PEDRO RIBEIRO, no sentido de se enviar uma Moção para a Conferência
402 Municipal de Saúde, que deverá ocorrer a partir do dia 6 de julho, contra este artigo, pois o nosso objetivo é
403 de que o maior número de pessoas possível tome conhecimento do fato e da posição deste Conselho
404 Municipal de Saúde. Sabemos que o jornal não vai dar. Mas os jornais dos Conselhos, dos Sindicatos, etc,
405 podem publicar e por isso o documento deverá ser enviado para todas as entidades que tem acento neste
406 Conselho. Fala o HUMBERTO SCORZA concordando com a idéia do PEDRO de aproveitar o espaço que
407 teremos daqui a uma semana, para tornar isso bem claro porque a visão que se tem é a nível geral. E o
408 CREMERS sim deve receber também a nota. A Coordenadora ZILDA MARTINS, nada mais havendo, as
409 21:25 hs encaminha então o encerramento da plenária, sendo lavrada a presente Ata.

410

411

412

ZILDA DE MORAES MARTINS

OSCAR RISSIERI PANIZ

413

Coordenadora do Conselho

Secretário

414

Municipal de Saúde de POA